

A DISCUSSÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PONTAL DO PARANAPANEMA: PERSPECTIVAS A PARTIR DA LUTA DE CLASSES

Rafael Rossi¹

Maria Peregrina de Fatima Rotta Furlanetti²

Eixo Temático: 1 – Educação do Campo, Movimentos Sociais e Políticas Públicas

Resumo

A discussão de educação do campo vem sendo disseminada e ampliada graças aos fóruns microrregionais que acontecem no Pontal do Paranapanema. Desafios aparecem nesse percursos relacionados muitas vezes à falta de incentivo perante as populações do campo nos projetos e políticas de suas escolas. O poder público municipal encontra caminho aberto ao incentivo do transporte de crianças e jovens rumo a outras instituições escolares, em muitos casos localizadas nos espaços urbanos, ocasionando problemas como: horários inadequados para as crianças, inadequação da matriz curricular, dentre outros. Assim, acreditamos na tarefa de resgatar a discussão histórica da luta de classes entre a classe trabalhadora camponesa e os latifundiários dessa região, com intuito de fortalecer os fóruns de educação do campo e explicitar a urgência das populações camponesas se engajarem nas questões educacionais de seus assentamentos. É nessa problematização que por meio deste texto, expomos as contribuições desses eventos na defesa e na luta pela garantia ao direito à educação.

Palavras chave: Educação do Campo, Luta de Classes, Classe trabalhadora camponesa, Pontal do Paranapanema, Fóruns.

¹ Doutorando em Educação na UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP. E-mail: rafaelrossi6789@hotmail.com

² Docente vinculada ao Departamento de Educação da UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP. E-mail: rotta@fct.unesp.br

Introdução

Por meio deste texto problematizamos a discussão sobre educação do campo no Pontal do Paranapanema no Estado de São Paulo através dos fóruns microrregionais realizados a partir da parceria entre o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular (GEPEP) vinculado ao Departamento de Educação da UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – SP. Tais fóruns são momentos importantes de socialização coletiva e discussão sobre as dificuldades das escolas localizadas em assentamentos rurais, de modo que os pais dos educandos/as, gestores educacionais e as populações do campo possam participar desse debate, explicitando seus pontos de vista e assumindo compromissos rumo a uma maior qualidade educacional.

O Pontal é uma região marcada por graves conflitos agrários entre latifundiários e os movimentos sociais, sendo que tanto os assentamentos quanto as escolas construídas foram conquistas de um amplo processo de lutas e de resistência camponesa³. Atualmente as escolas enfrentam uma situação bem complicada, já que em sua maioria, os gestores municipais educacionais investem no transporte das crianças e jovens a instituições escolares longes de suas comunidades. Além disso, os/as educadores/as contratados pelas secretarias municipais de educação, não possuem formação específica e reproduzem, em muitos casos, padrões de ensino urbanos acriticamente, sem mediação alguma com a realidade do campo.

Assim sendo dividiremos este texto em mais três partes. Na primeira parte resgatamos a história da luta pela terra e pela educação no território nacional e no Pontal do Paranapanema, com intuito de explicitar a luta de classes que estruturou e estrutura esse processo, a fim de que tenhamos sempre na pauta de nossas preocupações não despolitizarmos a questão agrária e o campo, negando ou “esquecendo” as disputas, embates, perseguições e resistências envolvidas nessa dinâmica. Na segunda parte explicitamos a discussão dos fóruns microrregionais, com objetivo de demonstrar sua

³ Não é objetivo nosso neste trabalho nos aprofundarmos na discussão conceitual sobre o campesinato, sendo assim, entendemos por camponês toda classe trabalhadora do campo.

relevância enquanto momentos de participação e discussão coletiva que incentiva as populações do campo no acompanhamento e engajamento das questões que envolvem as políticas públicas e os projetos educacionais de suas escolas. Por fim, a terceira parte destina-se a nossos comentários finais a respeito da temática aqui exposta.

É importante afirmar que de modo algum pretendemos encerrar as discussões e os vínculos sobre o processo histórico da luta pela terra e, nesse caso, pela educação em seus vínculos com os fóruns microrregionais. Nossa argumentação logra explicitar a compreensão da necessária consciência da luta de classes nas conquistas das populações do campo, apontando os fóruns enquanto potenciais para fortalecimento de reivindicações e defesa da garantia dos direitos sociais, dentre eles, a educação pública e de qualidade.

Questão Agrária, Luta de Classes e o Pontal do Paranapanema

Como afirmamos na introdução, antes de adentrar na discussão dos desafios rumo à consolidação da educação do campo no Pontal do Paranapanema a partir das informações levantadas nos fóruns, consideramos importante resgatar a histórica luta de classes dessa região, conhecida pelo seu alto nível de conflitos agrários e da ofensiva latifundiária coronelista sobre a classe trabalhadora camponesa e seus movimentos sociais. Assim, Fernandes (1999) nos explica que o Pontal se originou de um grilo de mais de 1.100.000 hectares, pois com a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre surgiu a venda da força de trabalho, no entanto, conservou-se a separação entre trabalhador e meios de produção. Nesse contexto também surge a figura do posseiro que detinha o poder da posse, obtida pelo trabalho, porém não detinha o poder do domínio, conquistado com as armas e a força econômica, dessa maneira, o poder do domínio prevalecia sobre o poder da posse.

O autor continua sua explanação, argumentando que para a abertura de novas fazendas os fazendeiros inventaram e deram início à indústria da grilagem. O grileiro era parecido ao traficante de escravos, só que neste caso, ele traficada terras. Aparece então uma nova forma de exploração: o arrendamento. Os camponeses realizavam a derrubada das matas, formavam os pastos e quando terminara o trabalho, eram obrigados a se deslocarem para outras localidades. Sobre esse aspecto:

No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral [...] Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho “gratuito” do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la [...] Assim, a concentração da terra aumenta o poder de extração da fração da mais-valia social sem participar do processo produtivo, apenas por haver proprietários privados da terra. (OLIVEIRA, 1986, p. 79-80)

Podemos perceber como o capitalismo em seu desenvolvimento opera na concentração histórica de renda, através da concentração de terra. No caso do Pontal, Feliciano argumenta:

A confusão dominial estabelecido hoje no Pontal do Paranapanema remonta antes mesmo da Lei de Terras de 1850, quando o regime territorial que predominava no Brasil foi a concessão de sesmarias pela Coroa Imperial, para quem tivesse condições de cultivá-las. Porém a partir da lei de terras o Estado com a finalidade de tornar a terra também mercadoria, apresentou tentativas de regularizar propriedades que eram regidas por meio da posse. O acordo criado pela elite agrária era de continuar com a monocultura agroexportadora no país. Para isso era necessário readequar o problema da mão-de-obra surgida com a extinção do tráfico negreiro. Convenientemente (sic) a Lei de Terras foi implantada no país no mesmo ano do fim do tráfico negreiro. Sua finalidade era em primeira instância incentivar a imigração espontânea. Esta lei pretendia que as pessoas que tivessem com posses ou sesmarias regularizassem suas áreas, realizando seu registro. Com essa alteração, as terras passariam a domínios particulares, e conseqüentemente o Estado saberia que as terras que sobrassem seriam suas, ou seja, as terras devolutas. A partir daí essas terras em domínio do Estado seriam vendidas em pequenos lotes para imigrantes que desejassem se estabelecer no país como pequenos agricultores. (FELICIANO, 2007, p. 50)

Este panorama permite compreender o caso das grilagens e das terras devolutas no Pontal como elementos estruturais dos conflitos pela terra e seu domínio na região.

Hoje há um entendimento de que terras devolutas são terras públicas. Essa afirmação tem um peso político gigantesco, pois se assim o são, o Estado teria que reaver aquilo que lhe pertence. A partir da década de 1880, o Estado nomeou e criou várias comissões com a finalidade de discriminar as terras devolutas pertencentes ao domínio público e regularizar as inúmeras posses. Para a regularização das terras não bastava apenas as escrituras que os ocupantes receberam dos antigos posseiros. Isso provava apenas a ocupação, mas tinha que apresentar e

provar também a cultura efetivada na área ou início de cultura e, também, a moradia habitual, para assim regularizar sua situação. Todas essas tentativas do governo em provar que as terras são de seu domínio seguem até hoje e cada vez mais fica difícil sua retomada, uma vez que a cadeia e o histórico dominial dessas áreas estão totalmente corrompidos e viciados. Esses fatores podem indicar o porquê do questionamento de milhares de camponeses sem-terra que reivindicam o acesso a uma fração do território. O processo de ocupação foi e ainda continua sendo totalmente irregular. (FELICIANO, 2007, p.51)

Fernandes (1999) lembra que em 1983, 350 famílias sem-terra ocuparam as fazendas de Tucano e Rosanela na região do município de Teodoro Sampaio, sendo que as lutas no Pontal não tinham o apoio da Comissão Pastoral da Terra, mas sim, apenas de alguns religiosos, no entanto, as famílias foram despejadas e tiveram de realizar um acampamento às margens de uma rodovia. Em 1984, o governo realiza os primeiros ensaios de desapropriação das terras e destina uma área de 15.110 hectares (o que corresponde a 1,4% da área original de grilagem no Pontal) para assentar 460 famílias. Em decorrência dessas desapropriações e temendo que essa experiência estimulasse outras mobilizações, levando à Reforma Agrária, os grileiros da região se uniram aos latifundiários do restante do país e fundaram a União Democrática Ruralista – UDR – como meio para garantir seus interesses e realizar a manutenção de seus objetivos. Mesmo assim o assentamento criado recebeu o nome de Gleba XV de Novembro e se constituiu até hoje como território de resistência e de luta nas terras griladas do Pontal. É nesse processo histórico de lutas e conquistas que:

A partir das pressões dos movimentos sociais, em especial do MST no Pontal do Paranapanema o governo estadual, na ocasião gerido por Mario Covas em 1995, realizou um diagnóstico da situação econômica, social e jurídica do Pontal. O Estado iniciou em setembro de 1995, um plano de ação que possuía os seguintes objetivos estratégicos:

- Reintrodução de formas mais eficientes e sustentáveis de produção agropecuária, através da promoção de projetos de assentamentos;
- Reinserção do Pontal do Paranapanema enquanto região de importância econômica, através de regularização fundiária e eliminação das incertezas dominiais, com a otimização de seu mercado local e regional;
- Recuperação ambiental de áreas hoje degradadas pela exploração extensiva, através da recomposição florestal de áreas de preservação permanente e de Reserva Legal Obrigatória (protegidas por lei) nos assentamentos;
- Distensão social, gerando um clima propício para um novo ciclo de desenvolvimento na região e promovendo a convivência harmoniosa das terras regularizadas. (FELICIANO, 2007, p.56)

É dessa maneira que fica claro a relevância dos movimentos sociais – em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – na consolidação de ações e planos à favor da classe trabalhadora camponesa, a partir dos embates históricos e constantes com os latifundiários. No entanto, em seu desenvolvimento o MST foi aprendendo que a luta não é somente por terra, mas também pela garantia dos direitos sociais, dentre eles a educação. Isso possibilitou repensar o projetos de suas escolas e a formação dos sem terra, em uma preocupação com a formação humana, o senso de coletividade, a práxis; culminando na ideia e na prática da educação do campo, como iremos abordar no próximo item.

Eventos de Educação do Campo: Problematização Coletiva e Engajamento

É importante lembrarmos que a mudança do termo “meio rural” para “campo” se insere na tentativa de resgatar o debate atual sobre o trabalho camponês e as lutas sociais e culturais que garantem a sobrevivência desse trabalho. É justamente por isso que Caldart (2005) entende a educação do campo enquanto crítica, pois retoma a questão da totalidade ao discutir a educação relacionando-a a questão agrária brasileira. Assim como Thomaz (2009) nos ensina que a luta pela terra é exercida pelos trabalhadores e que na luta pela Reforma Agrária participam ONGs, movimentos sociais e sindicais, pesquisadores etc, a educação também precisa ser pensada no sentido de emancipação e formação humana e não meramente instrumentalizada e técnica para atender à uma necessidade do capital. Dessa forma, se produzindo suas vidas os indivíduos exercem processos educativos, precisamente compreender a dimensão educativa da vida produtiva é fundamental para entender o desenvolvimento da formação humana e, no caso da educação do campo, não desarticulá-la da discussão da questão agrária brasileira para que assim, possamos estar em coerência com os interesses e culturas dos camponeses (CALDART, 2004).

Freire esclarece: “Na verdade, porém, não é a conscientização que pode levar o povo a “fanatismos destrutivos”. Pelo contrário, a conscientização, que lhe possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito, evita os fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação” (FREIRE, 1987, p. 24). Essa afirmação permite-nos apreender um elemento fundamental na educação do campo: a Pedagogia do Movimento. Essa pedagogia

que estrutura a prática dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, explicita a educabilidade criada junto à conscientização coletiva que a participação política proporciona. Ao ajudar os pais a montar acampamentos; realizar marchas e mobilizações; conversar com gestores educacionais sobre as condições das escolas no campo; criar a identidade Sem Terra; dentre outras práticas; fica claro que a educação realiza-se também na relação com o outro e o mundo em sua complexidade cotidiana. Os jovens e as crianças que vivem a Pedagogia do Movimento percebem a dinâmica da vida social em sua concretude diária na luta em que desenvolvem junto a seus pais e companheiros de jornada. Assim, ao se conscientizarem educacionalmente a partir da reflexão de suas ações, a Pedagogia do Movimento coloca em evidência a afirmação de seus sujeitos no processo histórico.

A inovação na luta desempenhada pelo movimento da educação do campo está em pensar a sociedade pela perspectiva da totalidade. Não se luta somente por condições, políticas públicas e projetos de educação somente tendo como preocupação a realidade do campo, mas sim em uma prerrogativa que se preocupa e reflete também as desigualdades presentes na conformação/organização da atual sociedade, possuindo como meta a efetivação da garantia dos direitos sociais, secularmente segregados à classe trabalhadora camponesa e urbana no caso brasileiro, reconhecendo a tarefa de libertar oprimidos e opressores.

O “homem novo” discutido por Freire (1987), no caso aqui em debate, são os movimentos sociais que defendem a educação do campo. Tais sujeitos coletivos apesar de toda opressão que sofreram e ainda sofrem, não se colocam em uma postura pessimista e fechada. Justamente o oposto, ou seja, a compreensão que tais sujeitos possuem do processo histórico reafirma, dá significado e fortalece suas lutas e bandeiras. Isso ocorre, pois entendem o futuro enquanto possibilidade, já que relembram o passado como arte, aprendizado e cultura, não se aprisionando em um presente subalternizado, imediatista e “vendido” a uma perspectiva conformista. A materialização dessa consciência e arte pode ser comprovada, por exemplo, através da mística, como momento cultural popular emancipatório e que proporciona as bases para a identificação entre os camponeses, em suas batalhas e embates, por vezes vencedores, por vezes vencidos, mas jamais desiludidos.

Dessa forma, podemos compreender três elementos básicos que estruturam e estão presentes na “genética” da educação do campo. O primeiro elemento é a Pedagogia do Movimento em que se explicita o princípio educador da luta de classes e a politização dessa dimensão educativa. O segundo elemento é a Pedagogia do Oprimido enquanto afirmação da autonomia e protagonismo dos camponeses na participação da elaboração de políticas públicas educacionais e nos projetos político-pedagógicos de suas escolas em coerência com sua cultura e seu território de vida e trabalho. Por fim, a Pedagogia da Mobilização também faz parte dessa estrutura, pois se realiza na dinâmica articuladora entre movimentos sociais, universidades, institutos federais de pesquisa etc; problematizando a educação em sentido amplo, as desigualdades do atual estágio do modo de produção capitalista, na escala local e nacional. Essa articulação encontra momentos fundamentais de discussão como os fóruns, encontros, seminários, congressos e conferências.

Em 1998 após a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, que contou com a participação da Convenção Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e a Universidade de Brasília – UnB, realizada em Luziânia – Goiás, estas entidades participantes se uniram e mobilizaram um movimento mais amplo chamado Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Este movimento divulgar e facilitar o acesso à obras científicas que discutam sobre a educação do campo e também a promoção e incentivo de eventos que também a coloquem em pauta. Em 1999 ocorreu seu primeiro seminário em Cajamar – SP que apontou a necessidade de participação da população do campo em políticas educacionais e nos projetos político-pedagógicos de suas escolas (FERNANDES, 2005).

Esses momentos da luta da educação do campo são importantes para nos atentarmos, pois explicitam as conquistas obtidas a partir da mobilização e resistência. Como exemplo, temos as Diretrizes Operacionais Básicas nas Escolas no Campo (DOEBEC - n. 1 de 2002 e n. 2 de 2008) que dispõem sobre dois aspectos de suma relevância. Em seu artigo n. 3 consta sobre a obrigatoriedade do poder público em garantir a universalização do acesso à educação básica para as populações do campo.

Assim, percebemos que desde a LDB de 1996 consta uma preocupação preliminar com a educação no campo. No entanto é só com o artigo n.10 das DOEPEC que aparece o pensamento sobre a necessidade da escola criar mecanismos para que a comunidade local, órgãos de gestão educacionais, movimentos sociais e demais setores da sociedade possam participar na sua gestão escolar. Essa legislação e o decreto n. 7.352 que institui a Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação em áreas de Reforma Agrária – PRONERA – ajudam a compreender a importância dos eventos, encontros, conferências e seminários, já que surgiram a partir de encaminhamentos e mobilizações dessas atividades coletivas de discussão. Não é surpreendente que Arroyo (2006) venha argumentando que a educação do campo problematiza a educação em sentido amplo, mais que a educação escolar formal.

Um dado alarmante e urgente em ser refletido é o fechamento de 24.000 escolas terem sido fechadas no Brasil de 2002 a 2009⁴, sendo que destas, 19.200 são escolas no campo, o que corresponde a 80%. No intuito de problematizar essas questões que através da parceria do GEPEP com o CODETER (que faz parte do programa do governo federal “Territórios e Cidadania”) em sua Câmara de Educação e Cultura, organizamos desde 2011 cinco Fóruns Microrregionais de Educação do Campo nos municípios de Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Rancharia, Narandiba e Mirante do Paranapanema. Nestes municípios temos percebido a saída de muitas crianças e jovens de suas comunidades para irem estudar em escolas localizadas nas zonas periféricas do espaço urbano. A maioria das escolas no campo pertence à rede municipal e estão inseridas numa trama de disputas que envolvem relações de poder, extremamente necessárias em serem explicitadas à opinião pública e investigadas pela pesquisa educacional.

Outro elemento que merece ser levado em consideração é o fato dos professores contratados pelas Secretarias Municipais de Educação para trabalharem nas escolas do campo não possuírem formação específica para trabalharem nestes ambientes. Não conhecem a realidade de luta da educação do campo, não articulam seus conhecimentos à realidade do cotidiano vivenciado e sofrido dos educandos/as e também, em muitos casos, aplicam atividades de um material didático feito com base na realidade urbana sem nenhuma precaução ou reflexão.

⁴ Informações mais profundas sobre essa temática podem ser obtidas em: <http://www.mst.org.br>

O CODETER articula uma interação entre movimentos sociais, instituições públicas (Prefeituras, Secretarias, etc.), o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP -, o poder público federal representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – e demais instituições de pesquisa e sindicatos. Desde 2008 através dessas interações, este órgão procura sistematizar experiências na área de educação. Isso se dá, já que nessa época começaram a surgir divergências entre as falas dos gestores públicos e dos movimentos sociais quanto à questão educacional. Exemplo disso é o fato dos gestores educacionais do município de Mirante do Paranapanema (município este que possui o maior número de assentamentos na região) afirmarem não existir demanda para a abertura e construção de escolas no campo. Esse argumento entrou em conflito com a opinião do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – que defendia a ideia de haver demanda suficiente para tal empreitada.

Perante esse contexto de discrepância entre os pontos de vista de alguns gestores municipais na área de Educação e os movimentos sociais, a Câmara de Educação e Cultura do CODETER discute e aponta a necessidade de realização de Fóruns Microrregionais com intuito de conhecer melhor e levantar mais dados e informações sobre a questão educacional nos assentamentos. É nesse contexto que nasce a Câmara de Educação e Cultura do Campo, com o objetivo de construir coletivamente com os gestores, educadores e assentados um programa educacional de resgate da valorização do espaço rural através dos Fóruns nas microrregiões do Território e Cidadania para levantar as demandas e expectativas culminando em um Encontro Regional dos Fóruns.

Dessa forma, buscou-se investigar informações referentes à: quantas escolas há nos assentamentos; número de professores, diretores e funcionários; como está organizado o sistema de transporte; qual o índice de evasão escolar e seus motivos; acesso às bibliotecas; número de alunos e suas idades; formação dos professores; participação da população nas escolas; projetos políticos e pedagógicos; questões de infra-estrutura e dificuldades dos assentamentos. Todos esses dados e discussões levaram à uma problematização geral: Por quê as crianças e jovens saem de suas comunidades para estudarem em escolas localizadas nas periferias das cidades, quando há mecanismos legais para que elas tenham direito ao acesso à educação próximo ao seu local de residência e que respeite os valores do campo?

Mais uma vez essa questão afirmou a necessidade de reconhecimento da realidade de modo a mobilizar intervenções e ações que mudem essa realidade. Quando nós

conhecemos nossa região e suas dificuldades, podemos interferir e articular diversas instâncias para a transformação desse contexto, rumo à efetivação da garantia do direito à educação. De modo geral podemos apontar avanços nos fóruns realizados como:

- I Fórum Microrregional de Educação e Cultura do Campo, na Micro Região 05, que fazem parte os seguintes municípios Rancharia; Iepê; João Ramalho; Nantes; Taciba foi realizado o fórum em 27 de Setembro de 2011 e contou a presença de representantes de todos os municípios da região. Houve apresentação de dados e foi realizado nas dependências da Escola Técnica Municipal. Neste fórum foram discutidos vários temas, dentre eles: as dificuldades das crianças irem a escola são os alunos que saem de casa as 5 h para chegar as 7 h e as saem as 10 da noite para chegar 00h00; o fato da alimentação sempre ter sido descentralizada sempre há licitação, carta convite e menor preço; a biblioteca municipal sempre está atualizada, novos acervos, atendimento de ótima qualidade e o fato do museu ser pequeno e o fato da Escola Técnica dispor de uma área de 50 hectares de terra onde está sendo implantado um *Centro de Treinamento e Difusão de Tecnologias*, onde será executado um projeto de reprodução animal, através de inseminação artificial e transferência de embriões e outros projetos alteros de criações de pequenos e médios animais e cultivos de algumas culturas regionais e o *Projeto Piscicultura*.
- O Fórum seguinte foi com a participação da Micro Região 03 que fazem parte os seguintes municípios Presidente Prudente ; Álvares Machado; Presidente Bernardes; Alfredo Marcondes; Emilianópolis; Santo Expedito e foi realizado no Município de Presidente Bernarde no dia 26 de Outubro de 2011, na escola Educador Paulo Freire. Neste evento houve a parceria do ITESP e a participação massiva dos pais e das crianças na discussão das dificuldades deste ambiente educacional. Foram debatidos os temas: infra-estrutura; estradas (péssimas condições); deslocamento; acesso internet para aprendizado básico; disponibilidade de acesso a biblioteca; horário de atendimento escolar compatível; evasão escolar; falta meio de comunicação nas escolas (Escola Paulo Freire, não há telefone); quadra para esportes e as que têm falta cobertura, dificuldade em dias de chuva. A partir dessas questões surgiram os desafios: inclusão de projetos, cursos técnicos; crianças quando se deslocam para outra escola se sentem excluídas por falta de pertencimento; para as pessoas da agrovila reclamam que são impedidos de

fazerem cursos na cidade por alta de transporte no final de semana, ex: escola da família; dentre outros.

- Em março de 2012 no Município de Presidente Epitácio foi realizado o fórum da Micro Região 02, Micro 2, que fazem parte os seguintes municípios: Presidente Venceslau; Santo Anastácio; Ribeirão dos Índios; Piquerobi; Caiuá; Presidente Epitácio; Marabá Paulista e mais precisamente no dia 18, na escola da Agrovila I em Pres. Epitácio, 18 de Março de 2012, sendo que as crianças participaram no debate expondo as dificuldades do acesso à escola perante os Secretários Municipais de Educação presentes. Os pais e as crianças formaram grupos e apresentaram neste evento dificuldades quanto ao transporte, horário escolar e conteúdos pedagógicos. Os desafios deram-se no sentido de criação de mecanismos que garantam uma maior participação da população do campo no projeto político pedagógico da escola.
- Com algumas dificuldades, foi realizado o fórum no Município de Mirante do Paranapanema, na Escola “Pé de Galinha”, no dia 22 de Junho de 2012, na Micro Região 01 o qual fazem parte os municípios: Mirante do Paranapanema; Teodoro Sampaio; Euclides da Cunha Paulista e Rosana, com a participação da superintendência do INCRA e do Prefeito Municipal. Tivemos um amplo panorama dos municípios da região, além de discutirmos a necessidade em refletir sobre o termo educação do campo nos projetos e intervenções nas escolas.
- O último fórum foi no Município de Nanduba, que faz parte da Micro 04 com os municípios de Pirapozinho; Estrela do Norte; Nanduba; Tarabai; Anhumas , porém estavam presentes também os gestores municipais de Sandovalina. O fórum foi realizado no dia 28 de Novembro de 2012. Este evento contou com a participação da assessoria do prefeito municipal e da Secretaria Municipal de Educação. Houve discussão sobre os encaminhamentos dos fóruns anteriores reafirmando a necessidade de refletirmos coletivamente preceitos da educação do campo na organização das escolas localizadas nos assentamentos.

A partir desses elementos elencados, nos fóruns de educação do campo apontamos para as populações, gestores educacionais e educadores presentes: a necessidade das escolas do campo contarem com todas as modalidades de ensino; a eficiência no transporte escolar para que os pais dos educandos/as possam matricular seus filhos em escolas

próximas à sua residência (como já está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996); as escolas do campo devem contar com áreas de lazer, esporte, cultura e informática; os educadores precisam de uma formação que permita-lhes compreender de modo mais profundo a realidade do campo (numa perspectiva que resgata o pensamento de Mészáros em que o educador também precisa se educar) e a gestão escolar precisa e pode contar com a parceria de movimentos sociais e pesquisadores para o seu desenvolvimento e a superação de suas dificuldades e, ainda, a necessidade de repensarmos os horários do transporte escolar, já que muitas crianças saem muito cedo (às vezes 04 ou 05 horas da manhã!) de suas residências para irem estudar em outras escolas, explicitando a urgência em considerarmos o campo enquanto território de vida e canalizar recursos e projetos educacionais para sua valorização. Uma característica importante dos fóruns é que eles são realizados nas escolas no campo, congregando diversos agentes em seu próprio território.

Também é importante afirmar que temos o desafio de organizar o Fórum Regional de Educação do Campo no Pontal do Paranapanema em que apresentaremos um mapeamento da questão educacional a partir das informações obtidas junto aos fóruns microrregionais, em um esforço de problematizar de maneira mais ampla a educação do campo e a cultura camponesa como aspectos importantes para a garantia do direito ao acesso à uma educação de qualidade e condizente com o seu contexto.

Considerações Finais

Entender e resgatar a história da luta de classes envolvida no processo da luta pela terra e pela educação do campo se constitui em procedimento indispensável para pensarmos em mobilizações e compreendermos a dinâmica de formação destes espaços. Do ponto de vista da pesquisa acadêmica educacional, a educação do campo também se mostra uma área fértil de investigação e de requalificação de procedimentos metodológicos.

Os Fóruns Microrregionais de Educação do Campo são importantes espaços de reflexão, debate, exposição e problematização coletiva que devem ser incentivados para

ampliarmos o processo de conscientização de todos os agentes envolvidos e preocupados com as escolas do campo. Problematizar a educação do campo em escolas localizadas em assentamentos rurais é trabalhar e refletir rumo a uma gestão participativa e coletiva, em que as famílias dos educandos/as não sejam excluídas das decisões gerenciadas pela diretoria escolar. Também é preciso considerar que os fóruns microrregionais desempenham papel de aporte inquietante da questão educacional, já que levanta e investiga as dificuldades para articular soluções e iniciativas que permitam transformá-las, sendo assim, tais espaços constituem-se em ambientes que revelam a importância da dimensão política na educação, pois já como nos ensinou Freire: “A educação é tanto um ato político quanto um ato político é educativo. Não é possível negar, de um lado, a politicidade da educação e, do outro, a educabilidade do ato político. Se educação é sempre um ato político e os/as educadores/as são seres políticos, importa saber a favor de quem fazemos política, qual nossa opção. Educação libertadora ou é aventura permanente ou não é criadora. E não há criação sem risco; e o que temos a fazer é reinventar as coisas” (FREIRE, 2012, p. 29).

Assim, precisamos desmistificar discursos e desenvolver procedimentos metodológicos de investigação científica que permitam compreender de modo mais profundo tais conflitos, a fim de que as escolas do campo não se tornem alienadas e alienantes em seu próprio território, contando com espaços como os Fóruns para a sensibilização das comunidades e populações na meta por uma gestão rumo à garantia da educação do campo.

Referências Bibliográficas:

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A escola do campo e a pesquisa do campo: metas**. In: MOLINA, Monica. Castagna. (org.) Educação do Campo e Pesquisa: Questões para Reflexão. Brasília – DF: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2006.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. In: MOLINA, Monica. Castagna.; JESUS, Sonia. Meire. Santos. Azevedo. Educação do Campo: Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília-DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2005

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” Jurídicos no Pontal do Paranapanema: Administrando os conflitos agrários.** Rev. Nera, ano 10, n. 11, p. 48-60, 2007

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do Campesinato Brasileiro – Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999).** Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo – USP/Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas. 1999

FERNANDES, Bernardo. Mançano. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: Espaço e Território como estratégias essenciais.** I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, que aconteceu em Brasília, de 19 a 22 de setembro de 2005

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FREIRE, Paulo. **Princípios do Trabalho Popular.** In: PELOSO, R. (org.). Trabalho de base. São Paulo: Expressão Popular, 1ª Ed. 2012

MEC. **Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica - Resolução Cne/Ceb 1, De 3 De Abril De 2002.** Disponível Em: <
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ceb012002.pdf>> Último Acesso Em: Abril, 2013

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1986